

Capítulo 3

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

3.1 Regulamentação

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) foi regulamentado pelo Decreto 7.167/2010, que indicou a constituição de seus recursos, criou e determinou a composição e a forma de funcionamento de seu Conselho Consultivo e disciplinou a elaboração de seu Plano Anual de Aplicação Regionalizada (Paar). O Decreto 7.309/2010 alterou a composição do Conselho Consultivo do FNDF, ao incluir mais uma representação da sociedade civil.

3.2 Operação do Conselho Consultivo do FNDF

Os integrantes do Conselho Consultivo do FNDF são:

- i) Serviço Florestal Brasileiro (SFB);
- ii) Ministério do Meio Ambiente (MMA);
- iii) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA);
- iv) Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI);
- v) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- vi) Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema);
- vii) Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anama);
- viii) Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);

ix) Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS);

x) Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Madeira e Construção (Conticom);

xi) Confederação Nacional da Indústria (CNI); e

xii) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) (incluída pelo Decreto 7.309/2010).

Em novembro de 2013, o Conselho Consultivo do FNDF realizou uma reunião ordinária, cuja pauta abordou: (a) informes gerais; (b) apresentação de experiência da Caatinga apoiada pelo FNDF; (c) carteira de projetos apoiados; e (d) proposta do Paar 2014.

3.3 Plano Anual de Aplicação Regionalizada 2013

O Plano Anual de Aplicação Regionalizada (Paar) de 2013 estimou uma disponibilidade de aproximadamente R\$ 3,7 milhões para os contratos em execução para atender às chamadas dos anos anteriores.

Os projetos selecionados nas chamadas públicas de 2013 serão apoiados com recursos orçamentários provenientes do Fundo Clima, mediante termos de cooperação firmados, no montante aproximado de R\$ 8 milhões.

O Paar 2013 previu como regiões prioritárias para investimento os biomas Amazônia e Caatinga e como temas prioritários o fortalecimento do manejo florestal sustentável e o fortalecimento da gestão de negócios florestais madeireiros.

Embora o bioma Cerrado não tenha sido enunciado nesse Paar, a efetivação dessa ação de fomento decorre da articulação junto à Secretaria de Mudanças Climáticas do MMA, gestora do Fundo Nacional sobre Mudanças do Clima (FNMC), a qual solicitou a ampliação da operação conjunta iniciada em 2012 no bioma Caatinga para outros biomas.

3.3.1 Projetos de aplicação

Em 2013, o FNDF contratou os projetos selecionados a partir de seis chamadas públicas, apresentadas no quadro 3. O montante contratado foi de R\$ 3.574.965,62.

Quadro 3 – Chamadas de projetos realizadas pelo FNDF em 2013.

Chamada	Bioma	Tema
1/2013	Amazônia	Capacitação e assessoria para o fortalecimento da gestão de empreendimentos florestais de base comunitária na Amazônia.
2/2013	Amazônia	Assessoria para a comercialização de produtos florestais de Unidades de Conservação Federais de Uso Sustentável no Amazonas e no Pará.
3/2013	Amazônia	Capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal na Amazônia.
4/2013	Cerrado	Assistência técnica para o fortalecimento de empreendimentos florestais de base comunitária no Cerrado.
5/2013	Caatinga	Assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar na Caatinga.
6/2013	Caatinga	Capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal na Caatinga.

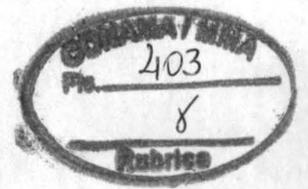
Fonte: SFB (2013).

Como resultado das chamadas, os 65 projetos são listados no quadro 4.

Os projetos aprovados na chamada 1 ainda serão licitados ou atendidos por uma parceria com o Sebrae, em fase de negociação.

Os projetos selecionados nas chamadas 2, 3, 4 e 6 serão atendidos pelas instituições contratadas por meio de quatro pregões.

Os projetos aprovados na chamada 5 serão atendidos por empresa contratada. O processo de licitação referente ao edital de contratação está em andamento.



Quadro 4 – Projetos aprovados no âmbito das chamadas do FNDP realizadas em 2013.

Chamada	Instituição Beneficiária	Localização	Valor Contratado	Duração do Contrato	Instituição Executora
1	Federação das Associações dos Moradores, Comunidades e Entidades Agroextrativistas do Eixo Forte – FAMCEEF	Santarém / PA	(o arranjo institucional para execução dos serviços está em fase de negociação com o Sebrae)	36 meses (previsão)	-
	Federação das Organizações e Comunidades Tradicionais da Floresta Nacional do Tapajós – FCFT	Santarém / PA			
	Cooperativa de Produtores Agrícolas Orgânicos e Florestais do PDS Virola Jatobá – COOPAF	Anapu / PA			
	Cooperativa dos Trabalhadores Extrativistas do Oeste do Pará – ACOSPER	Santarém / PA			
	Associação Comunitária Agroextrativista de Nova Arumanduba – ACANA	Almerim/PA			
	Associação dos Moradores Agroextrativistas das Comunidades – ASMACARU	Almeirim / PA			
	Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá – CODAEMJ	Carauari / AM			
	Associação de Desenvolvimento Agroextrativista do Baixo Acarai – ADABA	Porto de Moz /PA			
	Associação Comunitária Agroextrativista do Rio Curuminim – ACARC	Porto de Moz /PA			
	Cooperativa dos Criadores de Abelhas Indígenas da Amazônia em Boa Vista dos Ramos – COOPMEL	Boa Vista dos Ramos / AM			
	Associação Comunitária Deus Proverá – ACDP	Porto de Moz / PA			
	Associação Comunitária do Ynubi	Porto de Moz / PA			
Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Itapeuá – Associação Itapeuá	Porto de Moz / PA				
2	APADRIT – Associação de Produtores da Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi	Reserva Extrativista do Rio Ituxi / AM	R\$ 1.527.672,12	28 meses	Tramitty Serviços Ltda.
	ACDSRA – Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum	Reserva Extrativista Verde para Sempre / PA			
	ACOSPER – Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativistas do Oeste do Pará	Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns / PA			
	ATAC – Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas de Caxiuanã	Floresta Nacional de Caxiuanã / PA			
3	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	Pedreiras / MA	R\$ 349.493,50	15 meses	Roncoletta e Proença Consultoria em Negócios Sustentáveis
	Instituto Estadual de Florestas do Amapá	Macapá / AP			

4	Cooperativa da Agricultura Familiar Sustentável com Base na Economia Solidária Ltda. – COPABASE	Arinos / MG	R\$ 1.309.800,00	25 meses	Fundação Pró - Natureza – Funatura
	Associação Amigos de Areião e Adjacencias	Januária / MG			
	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Pandeiros Ltda. – COOPAE	Januária / MG			
	Cooperativa Regional de Produtores Agrissilviextrativista Sertão Veredas – Coop Sertão Veredas	Chapada Gaúcha / MG			
	Associação dos agricultores do Assentamento Atoleiro – Associação Cinthia Peter	Mambá / GO			
5	Associação dos Trabalhadores Rurais da Localidade Mundo Novo	São João da Fronteira / PI	(em fase de licitação)	38 meses (previsão)	-
	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Lagoa – AAFAL	São José do Divino / PI			
	Associação Comunitária dos Produtores da Fazenda Calpira	Itatira / CE			
	Associação dos Assentados do Assentamento Guarany/Bom Lugar	Canindé / CE			
	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Cacimbão II	Buriti dos Montes / PI			
	Associação dos Assentados de Rocilandia	Canindé / CE			
	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ibuassu Velho – ASDECOM	Granja / CE			
	Associação dos Assentados de Umarizeiras	Itatira / CE			
	Associação Comunitária do Assentamento Poço da Pedra	Canindé / CE			
	Associação dos Assentados e Assentadas de Reforma Agrária do Assentamento Conceição	Canindé / CE			
	Associação dos Assentados de Boa Vista Novo Alvorecer	Itapiuna / CE			
	Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento de Vila Ipiranga	Canindé / CE			
	Associação Comunitária Coração de Jesus do Assentamento Morrinhos	Santa Quitéria / CE			
	Associação Comunitária do Assentamento Boa Esperança – Camauba Furada	Granja / CE			
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Saco da Tarde	Piracuruca / PI			
	Associação dos Assentados do Assentamento Primeiro de Maio	Canindé / CE			
	Associação Comunitária dos Assentados do Assentamento de Barra	Itapiuna / CE			
	Associação do Assentamento Olho d'Água da Esperança	Irauçuba / CE			
Associação Comunitária dos Assentados do Pajeu	Santana do Acarau / CE				

	Associação Comunitária dos Assentados do Assentamento Puxa II	Viçosa do Ceará / CE			
	Associação Comunitária dos Assentados da Fazenda Bonsucesso – ASCOMSJ	Sobral / CE			
	Associação dos Pequenos Agricultores da Fazenda Ipueirinha	Santana do Acaraú / CE			
	Associação Comunitária do Assentamento da Passagem das Pedras	Viçosa do Ceará / CE			
	Associação Comunitária dos Pequenos Produtores da Fazenda Jerimum	Canindé / CE			
	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Sabiá	Piripiri / PI			
	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Congo – APRACO	Brasileira / PI			
	Associação Comunitária dos Trabalhadores Rurais de Morada Nova	Buriti dos Montes / PI			
	Associação dos Agricultores e Agricultoras do Assentamento Estreito	Piripiri / PI			
	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Antônia Flor – AAFAAF	Piripiri / PI			
	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Baixa	Sigefredo Pacheco / PI			
	Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Todos os Santos Borracha – AAFATS	Sigefredo Pacheco / PI			
	Associação de Desenvolvimento Rural Lagoa do Mato	Miltom Brandão / PI			
	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Frecheira/Porco	Batalha / PI			
	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Residência	Piripiri / PI			
5	Associação dos Assentados do Assentamento São José III	Sobral / CE	-	36 meses	Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional – FADURPE
	Associação Agropecuária do Assentamento Conquista do Morgado	Massapê / CE			
	Associação do Assentamento da Fazenda Frazão	Canindé / CE			
	Associação dos Trabalhadores Assentados de Armadores – ATRAR	Canindé / CE			
	Associação dos Assentados da Fazenda Frios	Canindé / CE			
6	Cooperativa Cearense de Prestação de Serviços e Assistência Técnica Ltda. – COCEPAT	Fortaleza / CE	R\$ 388.000,00	15 meses	Nordeste Reflore
	Fundação Centro de Ecologia e Integração Social – CIS	Coreaú / CE			
	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte – EMATER	Natal / RN			

Fonte: SFB (2013).

Capítulo 4

Comissão de Gestão de Florestas Públicas

A Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP) foi instituída pela Lei 11.284/2006 e regulamentada pelo Decreto 5.795/2006.

A CGFLOP é órgão consultivo do SFB e visa a assessorar, avaliar e propor diretrizes para a gestão de florestas públicas da União e se manifestar sobre o Paof.

A CGFLOP é composta por 24 entidades representativas do Poder Executivo Federal, setor empresarial, trabalhadores, instituições de pesquisa, comunidades indígenas e tradicionais, estados, municípios e organizações não governamentais.

Em 2013, a CGFLOP realizou a 27ª reunião ordinária e a 2ª reunião extraordinária. Foram discutidos, entre outros temas, o Paof 2014, o Inventário Florestal Nacional, o Manejo Florestal na Caatinga e os editais de concessão florestal das Flonas do Crepori, de Jacundá e Saracá-Taquera (ver quadro 5).

A audiência total das duas reuniões acima citadas foi de 61 participantes, dos quais 27 na 27ª Reunião Ordinária e 34 na 2ª Reunião Extraordinária.

Quadro 5 – Reuniões ordinárias da CGFLOP em 2013.

Reunião	Data	Pauta
27ª Ordinária	19/6/2013	– Informes: – Concessão florestal; – Inventário Florestal Nacional (IFN).
2ª Extraordinária	18/7/2013	– Plano Anual de Outorga Florestal da União (Paof) 2014; – Manejo Florestal na Caatinga; – Informes.

Fonte: SFB (2013).



Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007. Regulamenta, no âmbito federal, dispositivos da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 mar. 2007. Seção 1, p. 1-4.

BRASIL. Decreto nº 7.309, de 22 de setembro de 2010. Dá nova redação ao art. 4º do Decreto nº 7.167, de 5 de maio de 2010, que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 set. 2010. Seção 1, p. 10 - 11.

BRASIL. Decreto nº 7.167, de 05 de maio de 2010. Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 maio. 2010. Seção 1, p. 4.

BRASIL. Decreto nº 5.795, de 05 de junho de 2006. Dispõe sobre a composição e o funcionamento da Comissão de Gestão de Florestas Públicas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jun. 2006. Seção 1, p. 1-2.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006. Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 mar. 2006. Seção 1, p. 1-9.

BRASIL. Portaria Ministerial nº 304, de 25 de julho de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 26 de julho de 2013, seção 1, página 74.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Cadastro nacional de florestas públicas**. Brasília, DF, 2012.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Plano anual de outorga florestal 2014**. Brasília, DF, 2013.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 2, de 6 de julho de 2007. Regulamenta o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, define os tipos de vegetação e as formações de cobertura florestal, para fins de identificação das florestas públicas federais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 jul. 2007. Seção 1, p. 63-64.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 2, de 15 de setembro de 2011. Estabelece os parâmetros do regime econômico-financeiro dos editais e dos contratos de concessão florestal, define o potencial volumétrico de referência, regulamenta os procedimentos para a cobrança dos preços dos produtos florestais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 set. 2011. Seção 1, p. 98-99.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 3, de 20 de setembro de 2011. Altera a Resolução nº 2, de 6 de julho de 2007 - CNFP. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 set. 2011. Seção 1, p. 151.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 4, de 2 de dezembro de 2011. Estabelece os parâmetros, procedimentos e regras para a aplicação da bonificação em contratos de concessão florestal de florestas públicas federais, e dá outras providências Estabelece os parâmetros do regime econômico-financeiro dos editais e dos contratos de concessão florestal, define o potencial volumétrico de referência, regulamenta os procedimentos para a cobrança dos preços dos produtos

florestais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 dez. 2011. Seção 1, p. 132-1 33.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 16, de 7 de agosto de 2012. Estabelece os parâmetros para a fixação do valor da garantia dos contratos de concessão florestal federais e as hipóteses e formas da sua atualização, execução e recomposição, revoga as Resoluções nº 06, de 06/12/2011 e nº 09, de 31/01/2012, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 ago. 2012, p. 96.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 17, de 3 de setembro de 2012. Altera os artigos 9º, 10 e 11 da Resolução SFB nº 02, de 15 de setembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 set. 2012, p. 152.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 18, de 28 de dezembro de 2012. Define e torna público o Plano Anual de Aplicação Regionalizada (Paar) 2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2012, p. 301.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 19, de 24 de janeiro de 2013. Altera a Resolução SFB Nº5, de 2 de dezembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 jan. 2013, p. 60-62.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 20, de 8 de fevereiro de 2013. Institui o “Guia para Medição de Produtos e Subprodutos Florestais Madeiros das Concessões Florestais Federais” para aplicação e cálculo do volume efetivamente explorado nos contratos de concessão florestal em florestas públicas federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 fev. 2013, p. 71.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 21, de 21 de novembro de 2013. Regulamenta os procedimentos para a utilização, em benfeitorias, de madeiras provenientes de Manejo Florestal em Florestas Públicas da União sob concessão e o pagamento dos valores devidos ao

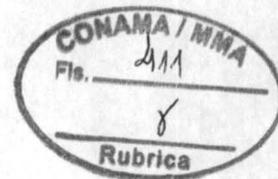
Serviço Florestal Brasileiro. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 nov. 2013, p. 105.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). Resolução nº 22, de 30 de dezembro de 2013. Publica o Plano Anual de Aplicação Regionalizada (Paar) 2014, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 dez. 2013, p. 154.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Edital de licitação para concessão florestal: concorrência 01/2013 Floresta Nacional do Crepori**. Brasília, DF, maio 2013. Disponível em: < http://www.florestal.gov.br/concessoes-florestais/proximas-concessoes/destaques2_proximasconcessoes/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=1620 > Acesso em: 9 dez 2013

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Edital de licitação para concessão florestal: concorrência 02/2013 Floresta Nacional Amana – Lote 2**. Brasília, DF, ago. 2013. Disponível em: < http://www.florestal.gov.br/concessoes-florestais/proximas-concessoes/destaques1_proximasconcessoes/edital-da-licitacao-para-concessao-florestal-na-flona-amana-lote-2 > Acesso em: 9 dez 2013

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Edital de licitação para concessão florestal: concorrência 03/2013 Floresta Nacional de Altamira**. Brasília, DF, ago. 2013. Disponível em: < http://www.florestal.gov.br/concessoes-florestais/proximas-concessoes/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=1809 > Acesso em: 9 dez 2013



EM BASTANTE

Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro
SCEN Trecho 2, Ed. Sede - Bloco H
CEP: 70818-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2028-7258 Fax: (61) 21 2028-7269

www.florestal.gov.br